



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas  
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

## ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE GASTOS DIRETOS - CMAG

### 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025

04/08/2025 com continuação em 05/08/2025 | 15h00 | Remota (*Microsoft Teams*)

#### Pauta da Reunião

01	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).
02	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP).
03	Deliberação sobre propostas de aprimoramento e de avaliação em profundidade da avaliação da política de Qualificação Viária.
04	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater).

#### Registros e Deliberações

01	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD):</u></p> <p><b>Proposta 1:</b> Incorporar aos critérios de repasse do IGD-E um fator que traduza, de forma mais direta, o esforço dos estados no apoio técnico aos municípios, seja por meio de indicadores relacionados à capacitação ou de outros tipos de apoio que contribuam para o fortalecimento da gestão descentralizada da política. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 2:</b> Fortalecer a oferta de capacitação continuada voltada ao Programa Bolsa Família, como estratégia para mitigar fragilidades operacionais e os efeitos da rotatividade de equipes nos estados e municípios, para maior estabilidade e efetividade na execução da política. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 3: Excluída (já implementada).</b></p> <p><b>Proposta 4:</b> Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação do uso dos recursos do IGD pelos municípios, analisando as finalidades e os tipos de despesa realizadas. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 5:</b> Aperfeiçoar a estratégia de acompanhamento dos Municípios Prioritários (MUPs), por meio da realização de diagnósticos das principais dificuldades enfrentadas, da identificação de ações mais adequadas para cada tipo de fragilidade e da sistematização desse conhecimento. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 6:</b> Ampliar a transparência ativa e o controle social sobre o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) por meio da integração das informações detalhadas — atualmente disponíveis em planilhas na nuvem, acessadas por links nos relatórios municipais (“Bolsa Família e Cadastro Único no seu município”) — ao Visualizador de Dados de Programas Sociais (VIS DATA). Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 7:</b> Atualizar e ampliar o estudo “Custo Municipal do Cadastro Único”, incluindo os custos relacionados à gestão do Programa Bolsa Família (benefícios, acompanhamento das condicionalidades, fiscalização), de modo a subsidiar a vinculação do orçamento do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) à evolução dos custos estimados com cadastramento, atualização cadastral e acompanhamento das condicionalidades. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 8:</b> Instituir mecanismos diferenciados de apoio técnico aos municípios, baseadas no porte populacional, dada as heterogeneidades de desempenho e dificuldades específicas nos processos chave de implementação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família (PBF) nos municípios. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 9: Excluída (já implementada).</b></p>
----	--

02	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP):</u></p> <p><b>Proposta 1:</b> Estabelecer mecanismos para a efetiva articulação com os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social para estabelecer fluxos operacionais, visando ao atendimento integral dos segurados reabilitados, com foco em empregabilidade, qualificação profissional e acesso a tecnologias assistivas. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral. <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 2:</b> Aprimorar os sistemas informatizados do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP), voltados ao atendimento, à gestão integrada de informações e ao acompanhamento sistemático de todas as etapas da política. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 3:</b> Reformular e padronizar a Pesquisa de Fixação no mercado de trabalho como instrumento permanente de monitoramento da efetividade da política. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 4:</b> Estruturar mecanismos para agilizar a entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e acessórios durante o atendimento da reabilitação profissional. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 5:</b> Aperfeiçoar os mecanismos de gestão da informação do Serviço de Reabilitação Profissional, com foco na qualificação dos dados para monitoramento e avaliação. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 6:</b> Realizar o acompanhamento administrativo do custo total de cada beneficiário cliente do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) considerando não apenas os valores empenhados, mas também os benefícios pagos pelo INSS e a despesa de pessoal e de infraestrutura relacionada. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 7:</b> Propor mecanismos de governança intersetorial com os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social, voltados para a supervisão técnica, integração de esforços institucionais e ampliação da comunicação interna e da escuta ativa das equipes de ponta. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral. <b>Aprovada como complementar.</b></p>
----	--

Redação final e classificação das propostas de aprimoramento e de avaliação em profundidade da avaliação da política de Qualificação Viária:

**Proposta 1:** Elaborar e implementar plano de gestão para a política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), com diretrizes claras e alinhadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), contemplando: (i) critérios técnicos de elegibilidade e priorização de projetos integrados de mobilidade sustentável e segurança viária, com foco em contextos urbanos com maior concentração populacional, maior demanda por deslocamentos e maiores níveis de vulnerabilidade e risco viário; e (ii) institucionalização de estratégias e canais de comunicação com a mandatária, os entes federados e o Congresso Nacional. Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como prioritária.**

**Proposta 2:** Implementar mecanismos formais, periódicos e baseados em risco para supervisionar a atuação da mandatária no acompanhamento da execução física dos contratos da política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), definindo padrões mínimos de qualidade para a análise técnica das propostas, o acompanhamento da execução física dos contratos, canais para tratamento de não conformidades recorrentes e os relatórios produzidos pela mandatária. Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como prioritária.**

**Proposta 3:** Adotar o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal (Obrasgov.br), ou sistema equivalente que venha a substituí-lo, como instrumento oficial para o registro obrigatório das informações referentes aos empreendimentos financiados pela política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), contemplando dados como geolocalização, estágio, valores e imagens. Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como prioritária.**

**Proposta 4:** Implementar campos estruturados no Portal sobre Transferências e Parcerias da União (Transferegov.br) para a coleta padronizada de dados físicos necessários sobre as obras, tais como: extensão, área, tipo de serviço e público beneficiado, que viabilizem a atuação gerencial da unidade gestora sobre a política de qualificação viária. Destinada ao Ministério das Cidades em articulação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). **Aprovada como complementar.**

**Proposta 5:** Instituir processo contínuo e formal de monitoramento e avaliação (M&A) pela política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), contemplando: i) rotinas periódicas de análise crítica de desempenho; ii) definição clara dos fluxos de informação e das responsabilidades de cada ator; iii) especificação dos produtos esperados (relatórios, painéis de acompanhamento); e iv) integração aos instrumentos de planejamento (PEI, PPA). Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como prioritária.**

**Proposta 6:** Implementar mecanismos formais de participação social na formulação e acompanhamento da política de qualificação viária. Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como complementar.**

**Proposta 7:** Fortalecer a capacidade técnica dos entes subnacionais com ações formativas e apoio técnico. Destinada ao Ministério das Cidades. **Aprovada como complementar.**

**Proposta de Avaliação em Profundidade:** Realizar análise complementar, identificando oportunidades de melhor de coordenação e articulação com outros órgãos federais (MIDR, Codevasf, DNOCS) que atuam em qualificação viária, visando harmonizar critérios, evitar sobreposições e compartilhar boas práticas. Destinada ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. **Aprovada.**

04	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater):</u></p> <p><b>Proposta 1:</b> Fortalecer o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) por meio da qualificação dos sistemas de informação, da ampliação da transparência e do aprimoramento de rotinas avaliativas, contemplando:</p> <p>(1) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA):</p> <p>(i) o desenvolvimento e disponibilização de painel público e dinâmico para o acompanhamento da política, com definição participativa de indicadores-chave e disponibilização ativa de dados como número de contratos ativos, famílias beneficiárias, extensionistas empregados e atividades realizadas, por tipo, região, programa e contrato; □(ii) o aprimoramento de rotinas sistemáticas de monitoramento e avaliação da Pnater no âmbito do MDA; □(iii) o aprimoramento do preenchimento do módulo “Acompanhamento Orçamentário” para garantir a atualização e o registro qualificado de informações que evidenciem a atuação da Pnater junto a mulheres, populações negras, quilombolas e indígenas no meio rural.</p> <p>(2) no âmbito da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater):</p> <p>(i) o aprimoramento do Sistema de Gestão da (ATER), com foco na simplificação do preenchimento, na integração dos formulários utilizados e na melhoria da usabilidade, visando maior agilidade no registro e eficiência na coleta e disponibilização de dados;</p> <p>(ii) a criação de rotinas sistemáticas de avaliação das formações realizadas com os extensionistas pela Anater.</p> <p>(iii) disponibilizar periodicamente relatório de execução física e de desembolso financeiro, bem como prévia prestação de contas dos recursos orçamentários transferidos, inclusive constando o detalhamento das atividades desenvolvidas qualitativa e quantitativamente.</p> <p><b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 2:</b> Instituir critérios sobre priorização de públicos-alvo e projetos para alocação de recursos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 3:</b> Aprimorar a governança da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) por meio da revisão dos instrumentos normativos e operacionais, com o objetivo de explicitar e articular as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), fortalecendo os mecanismos de coordenação, supervisão do contrato de gestão e fluxo de informações entre as instâncias responsáveis. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário Agricultura Familiar (MDA) em articulação com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). <b>Aprovada como prioritária.</b></p> <p><b>Proposta 4:</b> Fortalecer o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e do Comitê Permanente de Assistência Técnica e Extensão Rural (CP-ATER), garantindo que atuem como instâncias de participação social e monitoramento da Pnater, com condições institucionais, técnicas e operacionais adequadas para o exercício pleno de suas funções. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). <b>Aprovada como complementar.</b></p> <p><b>Proposta 5:</b> <i>Foi incorporada na proposta 1.</i></p>
Resumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram aprovadas 25 propostas de aprimoramento, sendo 14 classificadas como prioritárias, e 1 proposta de avaliação em profundidade.</li> <li>As 11 propostas de aprimoramento classificadas como prioritárias e a proposta de avaliação em profundidade serão objeto de deliberação do CMAP, em reuniões agendadas para os dias 19 e 20/08/2025.</li> </ul>

#### Membros presentes com direito a voto

CÁSSIO MENDES DAVID DE SOUZA  
Controladoria-Geral da União



Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento:

ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS  
FABIANA CRISTINA DA SILVA MELLO  
IARA ELIZA PACÍFICO QUIRINO  
KATHLEEN SOUSA OLIVEIRA MACHADO  
LUIZ FERNANDO ARANTES PAULO  
LUIZ ALVES ANTÔNIO NETO  
MARILIA TULER VELOSO  
RAFAEL GUSTAVO BORDIN  
RODRIGO CESAR BESSONI E SILVA  
SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS ROSA

Ministério do Planejamento e Orçamento:  
CLARICE FERNANDES MARINHO  
MARCOS CÉSAR CHAVES DA FONSECA  
ELISA AKEMI NAGATANI

Ministério da Fazenda:  
GIAN BARBOSA DA SILVA  
ROBERTO MENDES ALTAVILLA LUTTNER  
ALEX PEREIRA BENICIO

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:  
CAMILA MATA MACHADO SOARES  
CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL  
CLAUDIA REGINA BADDINI CURRALERO  
MARCO ANTÔNIO CARVALHO NATALINO

Avaliador externo:  
ADRIANO HIGINO FREIRE



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Castro Luz**, **Subsecretário(a)**, em 29/08/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52763016** e o código CRC **A4A3EDE7**.